

Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano IV, nº 13 – Setembro / 2006

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

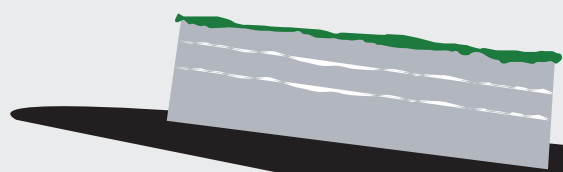
APOIO:



DISPUTA PELOS ROYALTIES



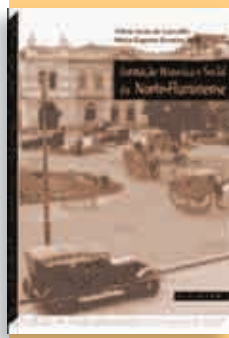
Todos querem um pedaço



Nova proposta na Câmara dos Deputados busca redividir o bolo dos royalties. PEC foi apresentada pela deputada Iriny Lopes (PT-ES)

PÁGINAS 2 e 3

ROYALTIES E DESIGUALDADE - PAGINAS 4, 5 E 6 ● CIDADANIA DISTANTE - PÁGINAS 7, 8 E 9 ● INFO ROYALTIES ENTRA NO AR EM OUTUBRO - PÁGINA 10



FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE

EDITORA GARAMOND

Organizado por Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugênia Ferreira Totti

Com textos de Maria Eugênia Ferreira Totti - Paulo Pedrosa - José Luís Vianna da Cruz - Teresa Peixoto Faria - Érica Tavares da Silva - Paulo Marcelo de Souza - Nivaldo José Ponciano - Romeu Silva Neto - Ailton Mota de Carvalho - Rodrigo Valente Serra - Denise Tavares Terra - Sônia Martins de Almeida Nogueira

DEPUTADA CAPIXABA APRESENTA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL QUE MUDA A FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COMPENSAÇÕES PELA EXPLORAÇÃO DE BENS MINERAIS. PELA PROPOSTA, TODOS OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS RECEBERIAM RECURSOS DE UM FUNDO COMUM.

■ Matéria ■

Nova tentativa de repartir o bolo

Mais um projeto na Câmara Federal procura distribuir royalties para todos os municípios

■ Vitor Menezes

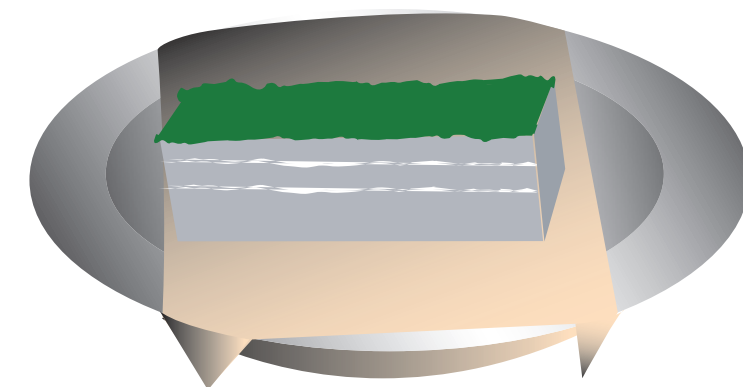
Um nova proposta de mudança na forma de distribuição dos royalties aguarda para ser votada no plenário da Câmara Federal. E, novamente, a idéia é a de que os recursos sejam repartidos entre todos os estados e municípios brasileiros — a exemplo do que propunha o deputado Mauro Passos (PT-SC), como mostrou a edição número 4 do BPR&R, de junho de 2004.

Desta vez trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 545/2006, da deputada Iriny Lopes (PT-ES), que já recebeu voto favorável do relator da matéria na Comissão de Constituição de Justiça, deputado Luciano Zica (PT-SP), e, depois de passar por comissão especial, poderá ser votado no Plenário.

A proposta se sustenta na argumentação de que os bens minerais são propriedade da União e que, portanto, não podem ter seus dividendos distribuídos somente aos Estados e municípios produtores de energia ou de petróleo.

“É assegurada, nos termos da lei, à União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, ou compensação financeira por essa exploração”, afirma o primeiro parágrafo da proposta de Emenda.

Na Justificação da PEC, a argumentação fica mais clara: “a redação vigente [sobre royalties, parágrafo 1º do artigo



20 da Constituição] tem dado azo a interpretações as mais disparatadas, permitindo que o legislador ordinário crie, em decorrência, brasileiros de primeira e de segunda categoria, de um lado, e de contenções draconianas e desperdícios impudentes, de outro. A clara noção de que os bens pertencem à União impõe que a territorialidade estadual ou municipal deixe de ter expressão como critério principal de atribuição de direitos”.

PROPOSTA ESTÁ
FUNDAMENTADA NA
REGRA DE QUE BENS
MINERAIS SÃO
DA UNIÃO

Como seria a distribuição

De acordo com a PEC, os recursos arrecadados como compensação pela exploração de bens minerais passariam a constituir um fundo, que seria

repartido do seguinte modo: 12% para órgãos da administração federal que tenham relação direta com a exploração dos bens minerais correspondentes à arrecadação, 33% para os Estados, e 55% para os municípios.

A proposta também define critérios para a distribuição. Entre os Estados, seriam levados em conta os seguintes pesos: 35% em função da população residente, 15% em função da extensão territorial, e 50% em razão inversamente proporcional aos respectivos índices de desenvolvimento humano (IDH). E entre os municípios, a distribuição seria de 25% em razão da população residente, 10% em função da extensão territorial e 65% em razão inversamente proporcional ao IDH.

Segundo a deputada Iriny Lopes, o objetivo é priorizar a aplicação dos recursos dos royalties em obras sociais e de infra-estrutura, buscando reduzir as desigualdades. “Cremos que, com a presente iniciativa, lograremos solucionar boa parte do problema decorrente

das desigualdades sociais e regionais que se escancaram à vista mesmo do mais desatento observador e que levam ao sentimento de desamparo e desespero que experimentam as classes mais necessitadas de nosso País”, afirma.

A deputada Iriny Lopes explica que para cada tipo de bem natural há uma forma de cálculo para a compensação. Para o caso do petróleo, são realizados repasses de Bônus (Pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão, pago no ato da assinatura do contrato); Retenção de Áreas (Pagamento pela ocupação ou retenção de áreas reservadas à exploração ou produção); os Royalties (compensação pela exploração); e a Participação Especial (Pagamento nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade).

Para o caso dos recursos hídricos, os repasses são de 6,75% sobre o valor da energia elétrica produzida, sendo que 6% deste valor dever ser distribuído aos estados e municípios em cujos os territórios se localizem instalações destinadas a produção de energia elétrica ou no caso de áreas invadidas por água no momento da formação do lago da barragem.

Em entrevista ao **Boletim Petróleo, Royalties & Região**, a parlamentar afirma também que sua proposta pretende “reordenar de maneira lógica, sistêmica e com justiça socioambiental os recursos financeiros advindos da exploração destes bens naturais” (Confira entrevista na página 3).

DEPUTADA IRINY LOPES AFIRMA, EM ENTREVISTA AO BPR&R, QUE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SUA BASE ELEITORAL, NÃO PERDE COM A MUDANÇA NA FORMA DE DISTRIBUIÇÃO. PARA ELA, MUDAR AS REGRAS É UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA

■ Entrevista - Iriny Lopes ■

Para instaurar uma nova ordem

Proposta procura “reordenar de maneira lógica” a distribuição das compensações

BPR&R - A Proposta de Emenda Constitucional 545/2006, de sua autoria, traz novamente a idéia de que os recursos naturais pertencem à União e que, portanto, os royalties devem ser divididos entre todos os entes da Federação. Outras propostas neste sentido não passaram pela Câmara. Há viabilidade para ser diferente agora?

Iriny Lopes - Bem, temos que entender que a PEC de minha autoria não “traz a idéia de que os recursos naturais pertencem a União”, pois a nacionalização deste recursos já está consagrada na constituição brasileira de 1988, notadamente nos incisos VIII e IX do artigo 20. O que a PEC pretende fazer é reordenar de maneira lógica, sistêmica e com justiça socioambiental os recursos financeiros advindos da exploração destes bens naturais. O sistema atual de repasse de royalties, a exceção do Sistema Nacional de Recursos Hídricos previsto na Lei 9433 de 1997, tem dado margem a

DEPUTADOS QUE
APOIARAM A
APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA DEVEM
SEGUIR NO APOIO

injustiças nos repasses e, por conseguinte, possibilitando uma má aplicação destes recursos por parte dos diversos entes federados. O que a PEC pretende é dar o mandamento constitucional do uso, com controle social, e distribuições



IRINY - Royalties para todo o país

deste recursos, possibilitando que a legislação ordinária não possa fugir da delegação constitucional de critérios básicos para que o ente federado possa receber o recursos, mas não fique solto na hora da sua aplicação. Assim, a minha PEC não pretende cassar o repasse de royalties para os entes federados, mas sim dar critérios socioambientais na exata medida em que determina que os recursos deverão entrar em um fundo que, na sua regulamentação, irá contar com a participação de todos os envolvidos na participação dos resultados da exploração dos recursos naturais brasileiros.

BPR&R - Um dos critérios de distribuição, de acordo com a sua proposta, é o IDH. Isso não estimula a acentuação da miséria para que Prefeituras recebam mais recursos?

Iriny - Não acredito que isso possa ocorrer, pois existem vários programas governamentais que utilizam o IDH como critério de seleção. Além disso, não basta um IDH miserável

para receber os royalties, há todo um conjunto de critérios técnicos que são levados em conta.

BPR&R - Entre os deputados que são co-autores da proposta estão alguns com base eleitoral em regiões produtoras de petróleo, que recebem, pelas normas vigentes, a maior fatia dos royalties. A senhora acredita que este apoio permanecerá se o projeto for adiante?

Iriny - Bom, eu acredito que se houve interesse dos nobres pares em apoiar a idéia, acredito que durante os debates estes deputados irão continuar apoiando. Pois na fase dos

RECURSOS NÃO
SERÃO DISTRIBUÍDOS
VISANDO A EQUIDADE
ENTRE OS ENTES
FEDERATIVOS

debates da PEC, naturalmente, irão ocorrer mudanças e adequações ao texto original para atender aos interesses da sociedade e da nação, e isso faz parte do jogo legisferante.

BPR&R - No PEC, a senhora afirma que as atuais regras produzem “contenções draconianas e desperdícios impudentes”. Do que exatamente a senhora está falando? Poderia citar um caso concreto?

Iriny - Não é o caso de citar um caso ou outro, pois uma lei federal é para todos. O meu mandato elaborou uma série de estudos, realizou

audiências públicas ouvindo técnicos, governantes e sociedade organizada. Pois na minha concepção o poder legisferante tem suas bases na participação de todos os envolvidos a qual a futura lei irá exercer influencia.

BPR&R - A senhora possui cálculos que simulem a distribuição que propõe? Poderia dar exemplos, com a receita atual em royalties, do quanto arrecadariam alguns Estados e Municípios se a PEC fosse aprovada?

Iriny - A questão é a seguinte: para cada bem natural há um cálculo para o correspondente compensação de seu uso. No Caso do petróleo, por exemplo, temos Bônus, Retenção de Áreas, Royalties e Participação Especial. A soma destes vários repasses é que irão determinar qual será a arrecadação de um determinado ente federado.

BPR&R - Sua proposta não a colocará em confronto com o seu eleitorado no Espírito Santo, estado recebedor de royalties?

Iriny - Os recursos provenientes da exploração de petróleo e gás não serão nacionalizados, mas serão distribuídos de forma a garantir uma equidade social entre os entes federativos. No caso do nosso estado, não haverá perda de receita, pois com os critérios propostos na PEC 545, texto original, haverá mais municípios recebendo verbas, pois o critério será mais abrangente do que simplesmente ter como base a plataforma continental no âmbito do empreendimento.

ARTIGO DA PESQUISADORA DENISE CUNHA TAVARES TERRA MOSTRA QUE AUMENTO NA ARRECADAÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO NÃO SIGNIFICOU REDUÇÃO NAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

■ Artigo ■

Royalties em Campos dos Goytacazes ampliam as desigualdades socioespaciais

■ Denise Cunha Tavares Terra

Localizada na região Norte-Fluminense, Campos dos Goytacazes é o município brasileiro maior receptor de rendas petrolíferas (royalties e participações especiais), tendo recebido em 2005, cerca de R\$ 670 milhões. O orçamento municipal apresentou um crescimento de 4 vezes em termos reais nos últimos 10 anos e atualmente as rendas petrolíferas representam 72% de toda a receita orçamentária.

Os recursos destinados aos investimentos, denominados contabilmente de despesas de capital, em que

**ORÇAMENTO DA
CIDADE DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES
CRESCER QUATRO
VEZES EM 10 ANOS**

as obras públicas são um de seus principais itens, representam atualmente 31% do orçamento enquanto a média dos recursos destinados a

investimentos dos demais municípios brasileiros gira em torno de 10,5% do total do orçamento¹.

O presente artigo é fruto do esforço de investigação que tenho feito para a elaboração de minha tese de doutorado em Geografia a ser defendida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa, cujos resultados preliminares são apresentados a seguir, procurou conhecer quais os grupos sociais deste município vêm se beneficiando com este fundo público formado pelas rendas petrolíferas. Investigou também a ocorrência de uma melhor distribuição, setorial e

territorial, dos investimentos públicos que fossem capazes de propiciar, em última instância, uma melhor distribuição de renda. Desta forma, procurou responder a seguinte questão: seriam as gestões municipais das cidades ricas do petróleo mais solidárias com a sua população?

Diante da dificuldade de uma resposta precisa a esta questão devido às rendas petrolíferas não estarem separadas em fundos específicos pela contabilidade dos municípios beneficiados, a alternativa foi elaborar uma investigação a partir da análise dos investimentos realizados em obras-públicas durante as três últimas gestões muni-

pais (1993-1996; 1997-2000; 2001-2004)², com o intuito de identificar o padrão distributivo das políticas de investimentos adotadas e seus impactos diferenciados sobre os diversos grupos sociais da

**PESQUISA FEZ
LEVANTAMENTO DAS
OBRAS PÚBLICAS E
CRUZOU OS LOCAIS
ONDE FORAM FEITAS**

cidade.

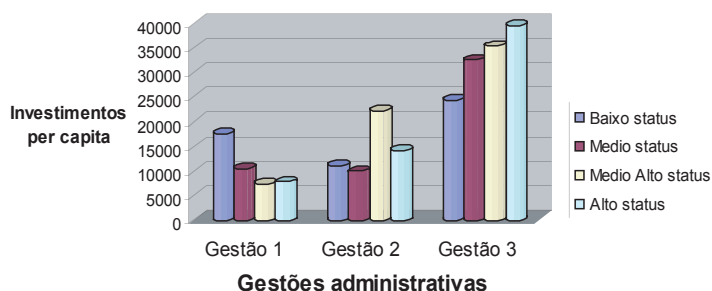
Esta pesquisa foi elaborada em duas etapas: a primeira realizou o levantamento e a classificação dos investimen-

Tabela 1 – Investimento per capita por administração e grupos espaciais (R\$ maio de 2006)

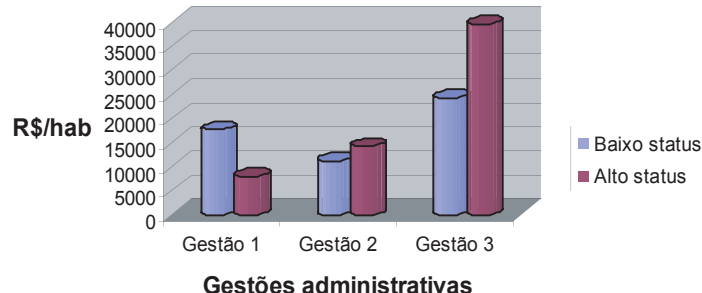
Grupos espaciais	Gestão 1	%	Gestão 2	%	Gestão 3	%
Baixo status	17.587,00	41	10.998,00	19	24.267,00	18
Medio status	10.484,00	24	9.950,00	17	32.473,00	25
Medio Alto status	7.261,00	17	22.134,00	39	35.269,00	27
Alto status	7.798,00	18	14.114,00	25	39.470,00	30
Total	43.130,00	100	57.196,00	100,0	131.479,00	100

Fonte: Licitações publicadas no Diário Oficial do Município. Valores reajustados para maio/2006 pelo IGP-DI – FGV

Investimentos per capita por gestão e grupos espaciais (R\$ de maio de 2006)



Distribuição dos investimentos per capita por espaço polar (Baixo status e Alto status).



ÁREAS TERRITORIAIS DE CAMPOS FORAM CLASSIFICADAS POR CARACTERÍSTICAS SOCIAIS COMO ALTA, MÉDIA ALTA, MÉDIA E BAIXA, E, NELAS, IDENTIFICADAS OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS. ESTUDO MOSTRA QUE ESCOLHAS NÃO COMBATERAM AS DESIGUALDADES

Continuação da página 4

tos em obras públicas e a segunda, definiu as unidades espaciais onde os investimentos foram localizados.

Para a realização do levantamento dos investimentos utilizei os dados constantes nas licitações publicadas no Diário Oficial do Município (Jornal Monitor Campista) entre os anos de 1993 e 2004. As informações de interesse (data do resultado da licitação, empresa vencedora, valor e tipo de obra, local da execução da mesma e secretaria que solicitou a obra) foram armazenadas em um banco de dados.

As unidades espaciais onde os investimentos foram localizados foram definidas por meio do método estatístico de análise fatorial por componentes principais, método já consagrado nos estudos acadêmicos sobre análise de áreas sociais³, de investimentos públicos, bem como nos de consumo coletivo, renda do solo urbano e de segregação residencial⁴.

As unidades espaciais do

ANÁLISE DAS DIFERENTES GESTÕES MOSTRA CRESCIMENTO DA CONCENTRAÇÃO

estudo foram definidas a partir de duas dimensões. A primeira representativa do status socioeconômico, construída a partir das variáveis renda, educação presença de empregados domésticos, infra-estrutura dos domicílios e domicílios improvisados. A segunda representativa do status familiar construída por meio das variáveis idade

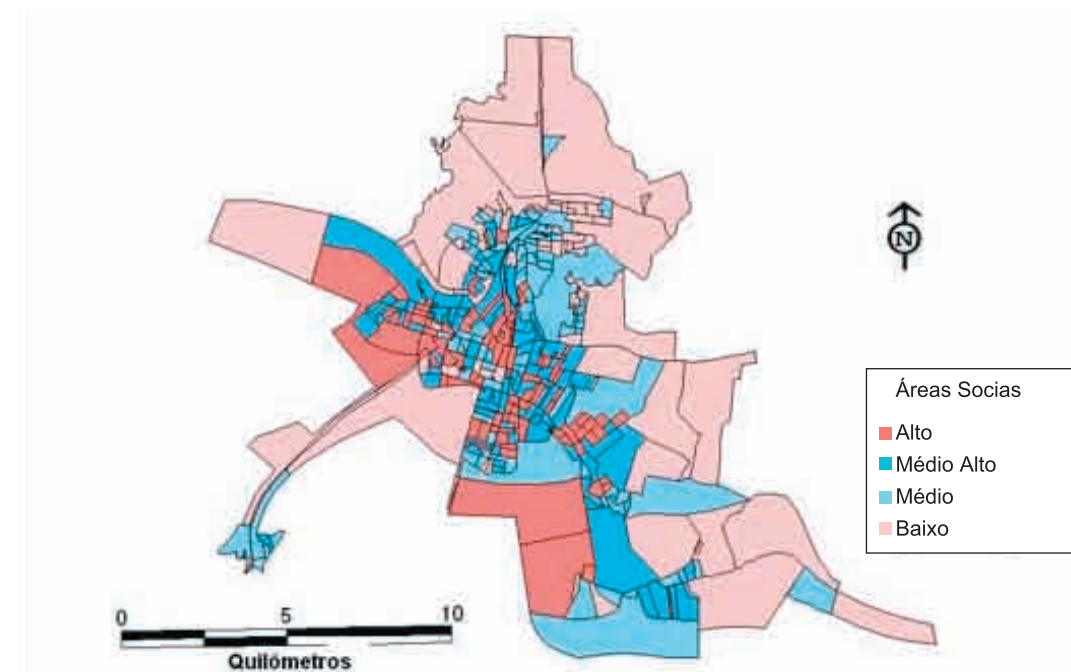
média das pessoas residentes, idade média dos chefes de domicílios, densidade domiciliar e mulheres chefe de domicílio.

A adoção da análise fatorial permitiu a redução das variáveis para um fator principal, compreendendo variáveis tanto do status socioeconômico quanto do familiar e que explicou 60% das correlações entre o conjunto de variáveis cujos scores foram utilizados para definição das unidades espaciais deste estudo. (Veja nota metodológica)

Para melhor compreensão dos resultados, as unidades espaciais foram classificadas em quatro categorias, de forma que representassem o status socioeconômico dos grupos sociais nelas residentes: baixo, médio, médio-alto e alto.

Os investimentos per capita por gestão e grupos socioespaciais dispostos na tabela 1 indicam que apenas na pri-

Áreas Sociais - Município de Campos dos Goytacazes



meira gestão se verifica priorização de investimentos em áreas de baixo status socioeconômico. Proporcionalmente, os dois grupos de mais baixo status receberam 65% do total dos investimentos per

ÚLTIMA GESTÃO COINCIDIU COM ELEVAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DOS ROYALTIES

capita na gestão. Por outro lado, as outras duas gestões (2 e 3) apresentam padrão de investimentos per capita totalmente inverso. Note-se que na gestão 2, os dois grupos de status socioeconômico mais elevado receberam 64% dos investimentos per capita, ao passo que o grupo em pior situação foi contemplado apenas com 19% do

total destes investimentos. A análise da distribuição na gestão 3 revela que a situação difere da gestão 2 pelo fato de, mesmo concentrando os investimentos nos grupos de maior poder aquisitivo, ou seja, 57% foram focalizados para os dois grupos mais elevados, houve um incremento no grupo de médio status, que recebeu menos investimentos na gestão 2. Não houve alteração significativa nos investimentos destinados ao grupo de menor status.

Ressalta-se que, principalmente a última gestão coincidiu com o período de substancial aumento das receitas de royalties e participações especiais que afetaram significativamente as receitas do município. Esperava-se que a abundância de recursos extras contribuísse para melhoria no quadro das desigualdades socioespaciais do município, mas percebe-se claramente que o

ARTIGO MOSTRA QUE GRUPOS SOCIAIS MENOS PRIVILEGIADOS TÊM DIFICULDADES NO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO NO SETOR PETRÓLEO. ALÉM DISSO, ACABA POR NÃO SEREM BENEFICIÁRIOS DAS RECEITAS INDIRETAS PROPORCIONADAS PELO SETOR

■ Continuação da página 5

grupo social de menor poder aquisitivo não se beneficiou com as rendas petrolíferas.

Este grupo social menos privilegiado enfrenta barreiras naturais para se inserir no mercado de trabalho da economia do petróleo e também não se beneficia com a renda indireta que poderia ser gerada pela localização de obras e equipamentos coletivos em suas áreas residenciais. Tal constatação contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais existentes na cidade. Desta forma, respondendo a questão enunciada no início do artigo, pelo menos para a cidade de Campos dos Goytacazes, pode-se afirmar que a riqueza do petróleo não torna o poder público mais solidário com a sua população na perspectiva de uma alocação redistributiva de seus investimentos.

DENISE CUNHA TAVARES TERRA
É DOUTORANDA EM GEOGRAFIA
(IGEO/UFRJ) E PESQUISADORA
DO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES (UCAM/CIDADES)
- CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.

■ Nota metodológica referente aos resultados da análise fatorial

O Fator principal que explicou 60% das correlações está associado positivamente com as variáveis: Idade média das pessoas residentes; proporção de domicílios com o destino do lixo coletado por serviço de limpeza ou caçamba de serviço de limpeza; proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes alfabetizadas; proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de 9 a 11 anos de estudo; proporção de

pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos de mais de 3 a 10 salários mínimos.

O Fator 1 está associado negativamente com as variáveis: densidade domiciliar; proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com até 4 anos de estudo; proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo.

■ NOTAS

- 1 - Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (Perfil e evolução das Finanças Municipais, 1998-2003)
- 2- Gestão 1993-1996 – administração do prefeito Sérgio Mendes (PDT), eleito com o apoio de Garotinho; Gestão 1997/2000 – metade do período com administração do prefeito Garotinho (PDT) que se candidata em 1998 e é eleito para o executivo estadual e a outra metade com administração do prefeito Arnaldo Vianna (PDT), vice de Garotinho; Gestão 2001-2004 – administração do prefeito Arnaldo Vianna (PDT), também eleito com o apoio de Garotinho.
- 3 - Consultar estudo realizado por

Corrêa (2004).

- 4 - Esta metodologia foi utilizada em estudos desenvolvidos por Vetter, Massena e Rodrigues (1979); Vetter et al. (1981); Marques (1997); Marques e Bichir (2001).

■ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREA, R.L. (2004) Análise de Áreas Sociais. Uma avaliação e Questões. Departamento de Geografia, UFRJ, circulação limitada.
- MARQUES, E. (1997). "Agências estatais e engenheiros na produção das políticas de saneamento no Rio de Janeiro – Brasil". In: Anais do XX Encontro da Associação Latino-ame-

ricana de Ciências Sociais – LASA. Guadalajara, México.

MARQUES, E e BICHER (2001). "Padrões de investimento estatal em infra-estrutura viária em São Paulo 78-98". In: Revista São Paulo em perspectiva. Vol.15 (1).

VETTER, D. MASSENA, R E RODRIGUES, E. (1979) "Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infra-estrutura no Município do Rio de Janeiro". In: Revista Brasileira de Geografia, vol.41.

VETTER et al. (1981). "A apropriação dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análise através da Ecologia fatorial". Espaços e Debates, n.4.

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas

Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br

PESQUISADOR PROSEGUE ABORDAGEM DE TEMA PROVOCADO POR ARTIGO DE EDIÇÃO ANTERIOR DO BPRR. RELAÇÃO ENTRE O COMPORTAMENTO DO ELEITOR E O COMPORTAMENTO DOS CANDIDATOS NEM SEMPRE SE PAUTA POR REGRAS MORAIS NÍTIDAS

■ Artigo ■

A Democracia Semi-Soberana

■ Hamilton Garcia de Lima*

Em artigo publicado neste Boletim¹, Marcos Mendes nos mostrou os vínculos negativos entre comportamento eleitoral e gasto público, relacionando o perfil das políticas públicas implementados pela classe política com as expectativas dos eleitores e o formato institucional de distribuição dos tributos.

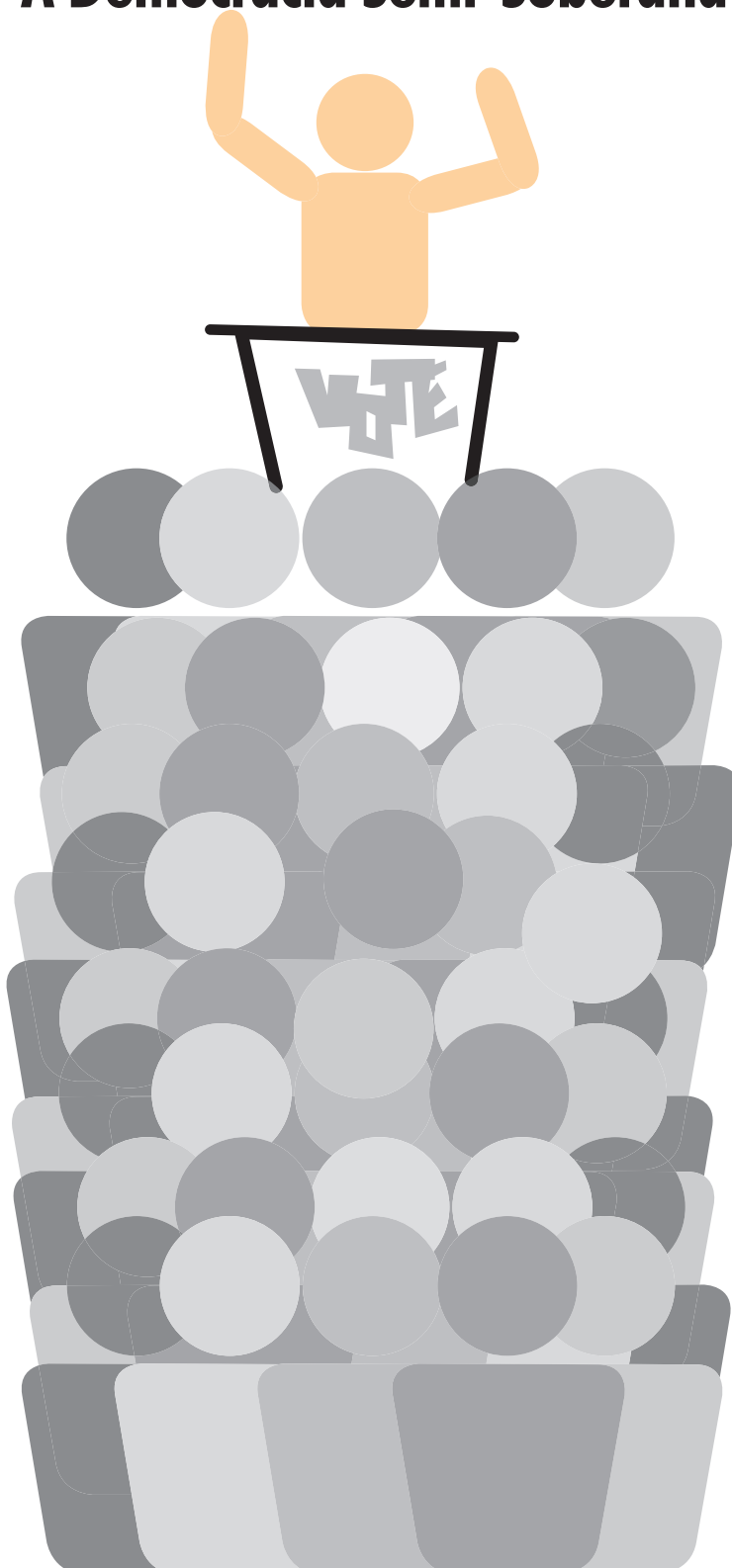
Aqui, procurarei discutir as bases históricas do fenômeno, por ele apontado, demonstrando como ele se transmuta num comportamento eleitoral específico, usando, para tanto, o caso dos pleitos campistas de 2004-06 que confirmam a preferência popular por políticos apesar das evidências de suas práticas ilegais.

Antes, é preciso dizer que, não obstante algumas divergências com o autor, é mister reconhecer o mérito de sua abordagem, que nos permite perceber os efeitos práticos

ARTIGO DISCUTE
BASES HISTÓRICAS
DA RELAÇÃO ENTRE
ELEITOR E
CANDIDATO

da liberdade de escolha no contexto de uma formação social altamente desigual como a nossa.

De fato, na democracia de massas que vivemos desde 1984, as eleições pressionam o gasto público na direção contrária aos interesses mediatos da massa do eleitorado: ao



invés de fortalecer as políticas públicas mais consistentes, o eleitor mais carente de aten-

ção do Estado as enfraquece por meio da exacerbação de demandas individuais e ime-

diatas, que drenam recursos dos setores fundamentais ao mesmo tempo que entorpecem sua percepção dos desafios colocados ao país. É o caso do sucesso das políticas de casa, remédio e comida a um real, que se financiam às custas de programas habitacionais populares bem pensados, de medicina preventiva, e de investimento na estrutura de distribuição e produção de alimentos.

O fenômeno, todavia, não decorre, primariamente, de uma abstrata percepção deste eleitorado sobre as possibilidades de financiamento “exterior” de seus benefícios – engendradas pela mecânica de distribuição centralizada dos tributos (repasses do FPM) –, como nos sugere Mendes, mas da falsa percepção de que o dinheiro público não é dinheiro seu – reforçada, naturalmente, pela aludida mecânica – e de que as leis não foram feitas em seu benefício.

O povo brasileiro, excluído

ELEITORES
PRIVILEGIARAM
CANDIDATOS QUE
SOFRERAM
ACUSAÇÕES

da educação formal – basta ver que construir escolas elegia políticos até pouco tempo –, formou seu juízo político sob a “escola da vida” e esta ensinou-o que o gasto público é o gasto privado “político” das classes detentoras do poder, e que a

NO CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, O ELEITORADO PERCEBEU O APARELHAMENTO DO ESTADO, MAS VIU NISSO UMA MANIFESTAÇÃO DE FORÇA POLÍTICA DO CANDIDATO, ELEVANDO A SUA VOTAÇÃO

Continuação da página 7

lei e a ordem se aplicam exclusivamente contra os fracos e os opositores, percepção que remonta à específica ligação entre o público e o privado na construção do Estado-Nação brasileiro – própria do modelo patrimonialista projetado pelas Capitanias Hereditárias e, mais recentemente, atualizado

NOS EUA, O PRIVADO FUNDOU O PÚBLICO ATRAVÉS DE UMA ASSOCIAÇÃO DE SUJEITOS

sob a forma autoritária do progresso sem participação, que transformou o coronelismo da Primeira República no clientelismo da Terceira República (ditadura militar).

Enquanto, nos EUA, o privado fundou o público através da associação política de sujeitos autônomos – modelo do Norte –, no Brasil, o privado ocupou o público em nome da autoridade estatal – modelo do Nordeste. No primeiro caso, a modernidade se articulou sobre o eixo da igualdade-liber-

dade, enquanto, no segundo, se apoiou sobre o plano da desigualdade-submissão.

Nossa democracia não poderia deixar de expressar esta inversão estruturante, se processando sob a égide do monopólio do poder pelas classes dominantes tradicionais, que se modernizaram, paulatinamente, impulsionadas pelos influxos externos. É esta dinâmica dominadora que produz o desperdício do dinheiro público, não em função de uma tentativa racional do povo de se apropriar do excedente social – o que é legítimo numa sociedade composta de elementos competitivos entre si –, mas de fazê-lo periféricamente sob a mediação dos “donos do poder”, por meio da tessitura de relações individuais de lealdade e submissão, em troca de prendas e prebendas, que retardam o aumento da produtividade econômica e oneram o Estado.

O desejo de bem-estar e de liberdade, tal como se introjetaram na percepção das nossas maiorias, fundam relações sociais e econômicas pré-modernas que as inviabilizam no longo-prazo. Nas democracias maduras e arraigadas, a priva-

tização eleitoral dos recursos públicos é rejeitada como antípoda ao bem comum e à possibilidade de progresso individual da massa. Na nossa história ela se revelou o atalho – ainda não superado, sobretudo por conta da quase-estagnação que nos flagela há mais de 20 anos – preferido da maioria para a superação da pobreza e do ostracismo.

A tradução mais bem acabada desta tradição subcidadã está na “correlação muito fraca, ou inexistente, entre a probabilidade de reeleição e bons resultados de políticas públicas”, apontada por Mendes em seu artigo². Neste caso, os eleitores sinalizam tolerar a predação do público, quer por desconsiderá-lo seu e/ou por alimentar esperanças de apropriá-lo privadamente, produzindo a subdemocracia tendente a reproduzir o status quo, ou seja, a modernidade imbricada com a pobreza.

O resultado da eleição campista suplementar de 2006 – convocada em função da anulação do pleito majoritário de 2004³ – nos oferece, em escala local, a percepção do funcionamento vegetativo

deste tipo de democracia. Os números de seus dois turnos, longe de mostrar a indignação social com a corrupção, acabaram por consagrá-la ao agravar a polarização verificada em 2004, entre PDT e PMDB – partidos-pivô da crise.

Os quadros da página nove atestam a paradoxal reação

NO BRASIL, O PRIVADO OCUPOU O PÚBLICO EM NOME DA AUTORIDADE ESTATAL

dos campistas, em 2006, diante dos escândalos de 2004: as coligações diretamente envolvidas nos crimes, obtiveram um incremento de 42.075 votos (18% do apurado) no 1º turno, enquanto, na direção oposta, o PSDB e o PT, não implicados nos episódios em questão, declinaram em 53.477 (21,1% do apurado).

O declínio dos 3º e 4º colocados pode ser explicado, em parte, pelo aumento da oferta de opções eleitorais (de 4 candidatos, em 2004, para 6,

CONTINUA NA PÁGINA 9



Conheça doze visões sobre o petróleo os royalties e a região

Editora Garamond

Em parceria com o UCAM/Cidades e Society of Petroleum
Engineers – Seção Brasil

OS AUTORES

Agostinho Leal
Carla Patrão
Denise Terra
Elísio Caetano
Frédéric Monié
Getúlio Leite
José Gutman
Nelson Crespo
Patrícia Farias
Rodrigo Serra
Rosélia Piquet (Org.)

Apresentação
Ricardo Beltrão

QUADROS TRAZEM OS RESULTADOS ELEITORAIS DOS CANDIDATOS NAS ELEIÇÕES
CAMPISTAS EM DOIS PLEITOS. GRUPOS POLÍTICOS ACUSADOS DE
CORRUPÇÃO TIVERAM INCREMENTO DE MAIS DE 42 MIL VOTOS

Continuação da página 8

em 2006)⁴ e pelo incremento da abstenção (+12.486), somando 16.638 votos, mas estas causas não respondem pelos restantes 36.839 votos que foram drenados para as coalizões empoderadas. O esvaziamento dos partidos alternativos parece sinalizar que o eleitorado premiou os grupos políticos percebidos como competitivos, ou seja, capazes de ganhar e “fazer algo pela gente”. Como tais forças ocupam lugares de poder no nível municipal e estadual, conclui-se que o eleitorado, majoritariamente, percebe o aparelhamento do Estado – e, por tabela, da cor-

rupção – como sinal de força (positivo) e não de fraqueza (negativo).

Por outro lado, o incremento da abstenção como forma de protesto, que evoluiu em 12.486 votos no 1º turno de 2006 ou 4,9% dos votos apurados – alcançando 24,9% dos mesmos –, sinaliza a ojeriza popular à idéia de oposição e patenteia a inocuidade do protesto⁵ social desarticulado. De um lado, pragmatismo puro dos que querem benefícios dos fortes, de outro negacionismo idem dos que percebem-se prejudicados por tais práticas. Encerra-se, assim, o círculo

vicioso de reprodução da subcidadania política no Brasil.

HAMILTON GARCIA DE LIMA É CIENTISTA POLÍTICO, PROFESSOR DO LESCE-CCH/UENF-DR (LABORATÓRIO DE ESTUDO DA SOCIEDADE-CIVIL E DO ESTADO – CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM/UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE-FLUMINENSE – DARCY RIBEIRO).

NOTAS

1 - “A prudência fiscal reelege um prefeito?”, Marcos Mendes, in. Boletim PR&R nº 3, mar.-2004, UCAM/Campos.

2 - In. Boletim PR&R nº 3, mar.-2004.

3 - A motivação principal da intervenção judicial que anulou o pleito majoritário e cassou os direitos políticos do Prefeito eleito e do ex-Prefeito, foi a aberta utilização de recursos públicos, municipais e estaduais, pelas duas principais coalizões políticas em disputa no município, embora só os beneficiários dos primeiros tenham sido punidos.

4 - Como dois desses candidatos estão subjuíce desde a eleição, seus votos foram considerados inválidos para efeito de proclamação final do resultado, o que pode explicar o incremento dos votos inválidos (+4.152) no 1º turno de 2006.

5 - Nulos e brancos não são aqui computados em função da contaminação dos votos subjuíce, como já foi esclarecido.

RESULTADOS 2004-2006/1º turno (% de votos válidos)

Coalizões	2004	2006
PMDB (Geraldo Pudim)	82.345 (33,5%)	99.002 (42,3%)
PDT (C.A.Campista) (A.Mocaiber)	68.210 (27,8%)	93.628 (40,0%)
PSDB (P.F.Feijó)	61.319 (25,0%)	17.962 (07,7%)
PT (M.Moussallem)	33.628 (13,7%)	23.508 (10,0%)
Nulos*	10.842 (04,2%)	14.828 (05,8%)
Brancos*	3.834 (01,5%)	4.000 (01,6%)
Abstenção**	42.917 (14,1%)	55.403 (17,97%)

*% dos votos apurados.

**% dos eleitores cadastrados.

RESULTADOS 2004-2006/2º turno (%votos válidos)

Coalizões	2004	2006
PDT (C.A.Campista) (A.Mocaiber)	131.363 (54,6%)	129.996 (56,0%)
PMDB (Geraldo Pudim)	109.309 (45,4%)	102.272 (44,0%)
Nulos*	8.959 (03,5%)	9.173 (03,7%)
Brancos*	2.710 (01,1%)	3.965 (01,6%)
Abstenção**	50.754 (16,7%)	62.915 (20,41%)

*% dos votos apurados.

**% dos eleitores cadastrados.

SITE ROYALTIES DO PETRÓLEO TRAZ NOVIDADE EM OUTUBRO: ENTRARÁ NO AR O INFO-ROYALTIES, PLATAFORMA DE PESQUISA ONLINE SOBRE A DESTINAÇÃO DOS REPASSES QUE PERMITE CRUZAMENTOS E RECONSTITUIÇÃO DE SÉRIES HISTÓRICAS

Transparência

Novidade no portal Royalties do Petróleo

Info Royalties entra no ar em outubro para oferecer nova opção de consulta

Em Outubro, o portal Royalties do Petróleo, mantido pelo Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da UCAM (Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes - RJ), também responsável por este boletim, colocará no ar o primeiro programa brasileiro online de consulta a uma base de dados sobre os royalties do petróleo. É o InfoRoyalties, que permitirá consultas e cruzamentos de dados dos recebedores de royalties.

O projeto faz parte da missão estabelecida pelo portal de estimular o debate sobre os royalties e fiscalizar a aplicação destes recursos. Todos os dados serão disponibilizados para consulta gratuita e sem necessidade de cadastro. O público especialmente interessado, no entanto, é formado por economistas, gestores públicos, jornalistas especializados, legisladores e pesquisadores acadêmicos.

A ferramenta, que estará disponível em www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br, foi desenvolvida por pesquisadores e alunos da UCAM – Campos dos Goytacazes, com apoio da Faperj, da Fenorte, da Tecnor e do CNPq, e em parceria com o Mestrado em Engenharia Ambiental do CEFET – Campos.

Em artigo que será apresentado durante a o XXVI ENEGEP (Encontro Nacional de Enge-

Participação Governamental: **Royalties** Campos dos Goytacazes - 25/09/2006

1 Escolha a Participação Governamental 2 Escolha os Beneficiários 3 Escolha de Indicadores 4 Seleção o Período

fonte: ANP

Beneficiário	Estado	Mês	Ano	Valor
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	1	2000	R\$ 7.255.209,00
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	2	2000	R\$ 2.010.813,67
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	3	2000	R\$ 12.288.602,33
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	4	2000	R\$ 6.932.432,77
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	5	2000	R\$ 7.872.501,76
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	6	2000	R\$ 5.671.290,32
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	7	2000	R\$ 7.566.581,71
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	8	2000	R\$ 8.226.461,92
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	9	2000	R\$ 8.141.283,86
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	10	2000	R\$ 8.354.187,72

Imagem ilustrativa de um resultado gráfico possível em consulta ao Info Royalties

nharia de Produção), que será realizado em Fortaleza (CE), de 9 a 11 de Outubro próximo, os pesquisadores Sahudy Montenegro González (UCAM-Cam-

ACESSO É GRATUITO
E SEM NECESSIDADE
DE CADASTRO
PARA QUALQUER
INTERESSADO

pos) e Rodrigo Valente Serra (UCAM e CEFET-Campos) explicam o funcionamento do

InfoRoyalties.

“A contribuição principal do sistema é permitir a democratização do acesso às referidas informações, através da visualização gráfica destas e da criação de padrões de comparação das séries históricas e análises geo-econômicas, oferecendo indicadores estratégicos derivados das rendas petrolíferas, com nítida utilidade para as demandas por informação: royalties e participações especiais em valores nominais e reais; royalties e participações especiais per capita; royalties vs. receitas orçamentárias; royalties vs. receitas próprias; royalties vs.

despesas com investimento”, explicam os pesquisadores.

Defendendo novas parcerias, os autores lembram ainda o papel que a Petrobras pode ter no trabalho de fiscalização da aplicação dos royalties. “A Petrobras, principal empresa petrolífera do país, é também, de forma combinada, a maior geradora de impactos nas regiões petrolíferas onde atua e a maior financiadora de programas e projetos públicos nestas mesmas regiões, via pagamentos dos royalties que efetua. Portanto, também para esta empresa o InfoRoyalties poderia ser internalizado como instrumento de responsabilidade social”, afirmam.

Petróleo, Royalties & Região

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320
telefax:(0xx22) 2733-4100

Ano IV, Nº 13 - Setembro/2006

Coordenação: Rodrigo Valente Serra e Denise Cunha Tavares Terra

Editor e Jornalista Responsável: Vítor Menezes (DRT 03141)
Arte, Projeto Gráfico e diagramação: Alessandro Moraes (22) 8111-9597
Bolsistas: Rafael Aviz e Thiago Muniz (FENORTE/TECNORTE) e Felipe Paes Ferreira (CNPq).